

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

No passado dia 28 de maio, o Grupo de Trabalho do Turismo, que integra a Comissão de Economia e Obras Públicas reuniu, com membros da Associação de Turismo de Lisboa.

No decorrer da reunião foi apresentado a este Grupo de Trabalho uma preocupação relacionada com dificuldades na emissão de vistos de entrada no nosso país por parte de algumas Embaixadas. Foram apresentados como exemplo, a demora na atribuição de vistos por parte da Embaixada de Portugal na República Popular da China, onde a demora na atribuição dos vistos “desvia” os turistas que querem visitar Portugal, para entrarem no espaço Europeu, através de outros países, nomeadamente de Espanha, para onde transferem a maioria das suas estadias. Outro exemplo apresentado consistiu na dificuldade de, na Índia, os residentes no maior centro financeiro do país – Bombaím – terem que viajar duas horas de avião para solicitar presencialmente os vistos na cidade de Goa.

1. República Popular da China(RP China)

Na caracterização deste país deparamo-nos com a segunda maior economia do mundo, com uma taxa de crescimento média de 10%, nos últimos 30 anos, desempenhando um papel fundamental no panorama económico e financeiro mundial, com uma população que corresponde a cerca de 1/5 da população planeta.

Acresce, por outro lado, que o seu 12^o Plano Quinquenal prevê um aumento salarial e, consequentemente do consumo, e por outro, antecipa uma classe média em forte expansão (entre 150 e 200 milhões de pessoas) com apetência para a procura de bens de luxo e de viagens ao estrangeiro (representando 6,9 milhões de cidadãos deste país).

Em matéria de relacionamento com Portugal, no âmbito da cooperação destacam-se os Acordos bilaterais assinados nos domínios do turismo (Decreto n.º 4/2012, DR n.º 52, Série I, de 13 de março – nos níveis da cooperação institucional, da cooperação empresarial e investimento e da

formação profissional e promoção turística); da promoção e proteção recíproca de investimentos (início da vigência - 26-07-2008); económico (início da vigência -15-02-2006); da Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Respetivo Protocolo (início da vigência -08-06-2000) e do Convénio Básico de Cooperação Científica e Técnica (início da vigência -25-10-1993).

Embora, tradicionalmente, a balança comercial seja desfavorável a Portugal, de acordo com dados do INE, o número de empresas portuguesas exportadoras para a RPC tem vindo a evoluir positivamente (em 2007-701 empresas, e em 2011-912 empresas).

Em termos de receitas em hotelaria, em milhares de euros, os indicadores de turismo da RP China em Portugal, de acordo com a fonte do Banco de Portugal, num conjunto de 55 mercados: Portugal ocupava a posição 39 em 2008 e subindo para a posição 29 em 2012.

Acresce que reside em Portugal uma comunidade de cerca de 16785 chineses.

1. República da Índia

A República da Índia reveste-se de grande importância no contexto político internacional, atenta a implementação das profundas reformas económicas e a sua dimensão territorial, associadas a uma classe média urbana com maior poder de compra, constituirão um dos maiores mercados de bens e serviços do mundo.

Em matéria de relacionamento económico bilateral com Portugal, a Índia tem maior importância como fornecedor do que como cliente.

No âmbito da cooperação destacam-se os Acordos bilaterais assinados nos domínios da promoção e proteção recíprocas de investimentos (início da vigência – 19-07-2002), cooperação económica e industrial (início da vigência – 30-03-2002); da Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Respetivo Protocolo (início da vigência- 05-04-2000) e turismo (Decreto n.º 26/92, DR n.º 99, Série I-A, de 29 de abril).

De acordo com dados do INE, o número de empresas portuguesas exportadoras para a Índia tem vindo a evoluir positivamente (em 2007-434 empresas e em 2011-507 empresas). A crescente presença de empresas portuguesas na Índia e de grupos de cidadãos indianos em Portugal reflete a intensificação das relações económicas.

Em termos de receitas em hotelaria, em milhares de euros, os indicadores de turismo da Índia em Portugal, de acordo com a fonte do Banco de Portugal, num conjunto de 55 mercados, Portugal ocupava a posição 43 em 2008, tendo caído para a posição 50 em 2012.

Importa ainda assinalar que Portugal acolhe uma das maiores comunidades indianas, na Europa.

Referir por fim, que quer a República Popular da China, como a República da Índia utilizam Portugal como plataforma estratégica para o relacionamento económico para as nações do

espaço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Face ao exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros os seguintes esclarecimentos:

Tendo em conta o potencial de crescimento na captação de turísticas., provenientes dos mercados acima referidos e tendo em conta o desenvolvimento do setor turístico, fortemente exportador, prevê o Governo proceder à alteração da política de vistos, no sentido de facilitar e potenciar a entrada de turistas provenientes da República Popular da China e da República da Índia?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 10 de Julho de 2013

Deputado(a)s

HORTENSE MARTINS(PS)

MENDES BOTA(PSD)

ACÁCIO PINTO(PS)

JOÃO RAMOS(PCP)

HÉLDER SOUSA SILVA(PSD)

NUNO ENCARNAÇÃO(PSD)

CLÁUDIA MONTEIRO DE AGUIAR(PSD)

RUI PAULO FIGUEIREDO(PS)

DUARTE CORDEIRO(PS)

JOÃO GONÇALVES PEREIRA(CDS-PP)

HELDER AMARAL(CDS-PP)